



AVANÇOS, LIMITES E TENSÕES DO ACESSO DE MULHERES TRANS/TRAVESTIS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

PAULO NATANAEL DE ARAÚJO NOGUEIRA

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).

E-mail: paulonatanael333@gmail.com

ADRYELE INGREDE DE OLIVEIRA DOS SANTOS

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).

E-mail: adryele04@icloud.com

LIENE RIBEIRO DE LIMA

Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).

E-mail: lienelima@unicatolicaquixada.edu.br

RESUMO

As trajetórias de vida de travestis e da população trans como um todo no Brasil têm sido marcadas pela exclusão, discriminação e violência. A população trans/travesti vem ganhando reconhecimento e visibilidade social no Brasil, fruto de sua afirmação política e construção como sujeito social. A Constituição Federal de 1988 e a atuação do movimento LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais). Objetiva-se verificar na literatura científica sobre a atuação das equipes de saúde a respeito às diferentes identidades sexuais e de gênero. Trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), através de buscas nas seguintes bases de dados científicos: Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), através do cruzamento dos seguintes descritores: “Gênero” e “Saúde”, conectado pelo operador booleano AND. Referido estudo apresentou os seguintes critérios de inclusão: artigos completos, gratuitos, que abordassem a temática, publicados entre os anos de 2017 e 2022, publicados na língua portuguesa. No entanto, não participaram do estudo aqueles artigos que se encontravam em duplicidade e que não condiziam com a pesquisa. Foram encontrados 20 artigos e após a leitura na íntegra apenas 5 compuseram o estudo. A discriminação impede ou dificulta o acesso de pessoas trans/travestis aos serviços de saúde. Sobre suas demandas aos sistemas público e privado de saúde, destacamos dois tópicos que têm definido as ações de saúde pública a esses grupos no Brasil: transição de gênero e a prevenção das Infecções Sexualmente Transmissível (IST) e aids. Até recentemente, as políticas de saúde para pessoas trans/travestis priorizavam ações de prevenção e cuidado em HIV/aids, em função das altas taxas de prevalência de HIV, atribuídas às práticas no trabalho sexual. Em função dos princípios de equidade, universalidade e integridade somados à pressão do movimento social, tais demandas começaram a ser consideradas no Sistema Único de Saúde. Todavia, sua efetivação depende de melhorias no funcionamento do SUS, capacitação profissional e reconhecimento das especificidades de cada tecnologia de gênero e como concorrem entre si, sem atribuir uma valoração moral diferenciada àquelas manejadas pelas próprias travestis/transsexuais. Percebe-se que é essencial uma melhoria da atenção à saúde à população LGBTQIAPN+, principalmente quanto às suas necessidades de saúde. É prioritário uma intensificação do debate sobre os problemas estruturais do SUS e uma defesa de seu projeto de saúde para todos e de sua visão ampliada de cuidado.

Palavras-chave: Minorias sexuais e de gênero. Pessoas transgênero. Assistência integral à saúde. Serviços de saúde. Humanização.